

Agentes da polícia saqueiam
E ocupam residência ilegalmente

Terra Angolana...
20-01-07

O Delegado do Ministério das Finanças no Huambo, Senhor Mariano foi acusado por populares de ter ordenado sete agentes da Polícia Nacional no sentido de ocuparem à força, uma residência em disputa, tendo na ocasião saqueado todos os haveres dos populares aí residentes.

Dos bens saqueados contam-se dois carros do tipo Nissan Patrol e Mitsubishi L200, respectivamente; motorizadas, moto bombas, aparelhos de som dentre outros. A acção foi antecedida pelo desalojamento dos ocupantes da referida residência.

De acordo com Albano Sikute, ocupante há mais de 15 anos, a residência pertencia a Manuel Zeferino da Cruz, já falecido, que a tinha deixado sob cuidado de um dos filhos. Mas a situação agravou-se quando o Delegado Provincial das Finanças, usando da imunidade que ostenta, recorreu à polícia para desalojar os ocupantes que aí estavam sem o consentimento dos herdeiros, para utilizar a residência que tem um armazém para fins comerciais.

Preocupados com a situação os herdeiros exigiram uma indemnização do delegado, na ordem dos 150 mil dólares; valor rejeitado pelo delegado Mariano, pelo facto do imóvel encontrar-se em estado degradado, devendo por isso merecer obras de restauro. Ainda assim, prometeu dar pelo menos metade do valor exigido.

Albano segundo chamado Sikute, conta, foi para uma reunião em que estiveram presentes o delegado das finanças; o comandante provincial da Polícia, Alfredo Nilo; e Maria Madalena Vieira Gambôa, Comandante da Polícia Fiscal, onde foi instado que seria preso e Sofreria consequência imprevisíveis, caso voltasse a tocar no dossier dinheiro; "porque quem construiu a casa foram os portugueses e depois de partirem, todos os imóveis deixados passaram para o Estado", disse o comandante Nilo.

Entretanto, Sikute não vai cruzar os braços e pretende por isso levar o caso até as últimas consequências, o que significa dizer que os homens que se apoderaram do imóvel e consequentemente saquearam os seus haveres vão ser processados judicialmente.